

CPI da Dívida tem relatório aprovado na Câmara de S.Caetano



CPI DA DÍVIDA APROVA RELATÓRIO FINAL

PLACAR. Relatório final da CPI da Dívida, que aponta indícios de vários crimes, foi aprovado ontem por 18 votos a dois

Câmara remeterá as provas contra Auricchio a MP e TCE

As provas de crimes fiscais que teriam sido praticados pelo ex-prefeito de São Caetano José Auricchio Júnior (PSD), obtidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida, serão enviadas ao Ministério Público, Tribunal de Contas e a outros órgãos de controle. Relatório final da CPI foi aprovado ontem por 18 votos a favor e dois contrários. Dossiê aponta que supostas irregularidades cometidas por Auricchio, que nega a acusação, levaram a endividamento superior a R\$ 1 bilhão. Há indícios de delitos que podem resultar em até 16 anos de prisão. *Política 3*

CPI da Dívida tem relatório aprovado na Câmara de S.Caetano

Dossiê recebeu 18 votos favoráveis e dois contrários; documento será encaminhado à Promotoria e ao TCE

WILSON GUARDIA
wilsonguardia@dgabc.com.br

O relatório final da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida foi aprovado ontem na Câmara de São Caetano com 18 votos a favor e dois contrários (Olynyth Voltarelli, do PSD e Matheus Gianello, do PL). O presidente do Legislativo, Carlos Humberto Seraphim (PL), não votou por exercício da função, mas garantiu no plenário que se fosse lhe dado o direito de escolha, seria favorável ao entendimento do relator.

O dossiê, elaborado a partir da análise de mais de 30 mil documentos fiscais e contábeis ao longo de dez meses de trabalho, será encaminhado ao MP-SP (Ministério Público de São Paulo), ao TCE-SP (Tri-



REGISTRO. Vereadores realizaram votação na noite de ontem

bunal de Contas do Estado de São Paulo) e a outros órgãos de controle. A investigação teve o objetivo de apurar possíveis irregularidades deliberadas pelo ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD), que teriam levado a cidade a um alto endividamento, superior a R\$ 1 bilhão.

O relatório, assinado pelos vereadores Edison Parra (Podemos), relator, César Oliva (PSD), presidente, e Marcel

Munhoz (Progressistas), proponente, cita que os fatos foram comprovados por evidências documentais que apontaram, em tese, para a prática dos crimes contra as finanças públicas; atos de improbidade administrativa com possível prejuízo ao erário; infração à LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre outros.

Segundo Parra, entre as irregularidades identificadas estão movimentações atípicas

no apagar das luzes da gestão em 2024. "Foram ao menos R\$ 30 milhões ocultados. Isso é manobra", pontuou. O relator sustentou que o relatório final, com mais de 200 páginas, "é duro, robusto e técnico, sem margens para dúvidas".

Para Oliva, o dossiê trouxe informações que "descortinaram" a dívida. "A população agora tem condições de analisar e julgar o que foi deixado, pois é exatamente a cidade que sofre com as manobras contábeis e fiscais para mascarar as contas", disse.

A aprovação do relatório deve ser publicada no DOE (*Diário Oficial Eletrônico*) do município. A expectativa é a de que conste na edição de hoje. Após a publicidade do ato da Câmara, o dossiê será encaminhado ao MP-SP e ao TCE-SP, entre outros organismos de controle. Caso a Promotoria aceite a denúncia e a Justiça reconheça os crimes, Auricchio poderá ser condenado a até 16 anos de prisão em regime fechado.

Procurado, o ex-prefeito afirmou que provará a inocência e apontou incongruências no documento. "O relatório final da chamada CPI da Dívida não lhe confere validade jurídica como prova de irregularidades. O poder judiciário já reconheceu que o relatório não atribui caráter sancionatório e mantém natureza meramente informativa e opinativa. Além disso, as conclusões se apoiam em documento elaborado pela atual gestão que está sob investigação criminal por suspeitas de falsidade ideológica".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** Capa + página 3